



## O repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Júlia Melo Azevedo Cruz  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
juliameloac@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho busca analisar a estratégia de ação política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena mexicano que surgiu na década de 1980 e luta, principalmente, a favor dos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal. Os zapatistas possuem um amplo leque de maneiras de agir, que variou ao longo dos anos, mesclando ações muito distintas entre si: 1) luta armada; 2) estratégias utilizadas por movimentos sociais, tais como marchas, reuniões públicas, declarações públicas de suas reivindicações (orais ou escritas); 3) estratégias de resistência autônoma, por meio da criação de territórios autônomos indígenas na região de Chiapas. Tentaremos mostrar ao longo deste trabalho, portanto, como o EZLN cria, de maneira criativa, um complexo repertório de confronto, que bebe em diferentes fontes, dialoga com diferentes públicos-alvo e luta em diversas frentes.

**Palavras-chave:** zapatistas; repertório de confronto; movimentos sociais.

**Abstract:** This article aims to analyze the Zapatista Army of National Liberation's political action strategy, a Mexican indigenous movement that emerged in the 1980s and struggles mainly in favor of indigenous rights and against the effects of neoliberal globalization. The Zapatistas use a wide range of political actions, which varied over the years, merging distinct types of action: 1) collective violence; 2) strategies used by social movements, as marches, mass public meetings, public demonstrations of their claims (oral or written); 3) autonomic strategies of resistance, through the creation of autonomous indigenous territories in Chiapas. Throughout this work, we will try to demonstrate how the Zapatista Army of National Liberation creates a complex repertoire of contention, which is inspired in different sources, dialogues with different audiences and struggles on several fronts.

**Keywords:** Zapatistas; repertoire of contention; social movements.

### A estratégia de luta armada zapatista

Ao final de 1960, o sistema político mexicano, encabeçado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) que estava no poder desde 1929<sup>1</sup>, começou a demonstrar sinais de fragilidade. Até então, pode-se dizer

---

<sup>1</sup> Apesar de criado com o nome de Partido Revolucionário Institucional somente em 1947, suas origens datam de 1929, quando foi fundado o Partido Nacional Revolucionário (PNR), que posteriormente teve seu nome mudado para Partido da Revolução Mexicana (PRM), em 1938. Embora tenham nomenclaturas distintas, se tratam de um mesmo partido, que possuía um projeto discursivo de ser o “partido da revolução”, que agregasse e consolidasse as reformas políticas e sociais iniciadas em 1910, na



que esse sistema contava com estabilidade, consenso e apoio geral da população mexicana<sup>2</sup>. Entretanto, a partir do período mencionado, se fizeram evidentes os traços autoritários de um regime que se perpetuava no poder há décadas e novos setores incorpóveis – nesse momento mais escolarizados, informados e com uma cultura política mais complexa<sup>3</sup> – com a realidade política, social e econômica do país começaram a surgir. As manifestações estudantis que ocorreram no México em 1968, na esteira dos protestos que ocorreram em todo o mundo nesse ano, marcaram o início dos questionamentos mais fortes ao regime<sup>4</sup>. Foram seguidas por greves, dissidências organizadas dentro do movimento operário que questionavam as lideranças tradicionais, revolta do setor empresarial descontente com a crise econômica, guerrilhas armadas urbanas e rurais – impulsionados, em grande medida, pelo descontentamento referente à forte repressão governamental ao movimento estudantil (AGUILLAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 329-330).

Nesse contexto, dezenas de grupos armados se formaram no México, inspirados pelo êxito da Revolução Cubana em 1959. Alguns atuaram nos centros urbanos, compostos em grande maioria por jovens com sólida formação ideológica, porém com pouca inserção nos movimentos populares (FIGUEIREDO, 2003, p. 132). Outros tantos se instalaram nas zonas rurais, aliados a camponeses e indígenas que também se organizavam para a luta. Jovens que haviam participado das manifestações de 1968 foram às serras e selvas de outros estados do país, como Guerrero, Oaxaca e Chiapas, “*donde pensaban poder organizar un*

---

ocasião da Revolução Mexicana. Assim, muitos estudiosos concordam em considerar que a duração do regime priísta foi de 71 anos, até o ano de 2000, quando Vicente Fox do Partido da Ação Nacional (PAN) assumiu a presidência da República. Para mais sobre o assunto, ver: AGUILAR CAMÍN, 2002.

<sup>2</sup> De acordo com José Carbonell, a legitimidade desse regime se apoiou em quatro fatores principais: 1) um discurso que ressaltava o caráter do partido oficial como “herdeiro” da Revolução, capaz de agregar os mais diversos grupos sociais; 2) um modelo econômico bem sucedido, baseado na criação de fortes instituições econômicas controladas pelo Estado até a década de 1940, e no processo de substituição de importações, a partir de então, que industrializou e urbanizou o país; 3) o disfarce de um regime autoritário que se caracterizava como legal, institucional e democrático, justificado pela divisão dos três poderes, pela alternância dos governantes no poder a cada sexênio por meio de eleições e pelo sistema pluripartidarista que permitia, em tese, a competição política; 4) o limitado uso de repressão e violência pelo Estado em relação a setores que eventualmente se mostravam descontentes, por meio de cooptação.<sup>2</sup> Combinados, esse fatores fizeram com que não somente a elite, mas também os setores populares apoiassem o sistema político mexicano e o Partido Revolucionário Institucional. (CARBONELL, 2002, p. 108-114)

<sup>3</sup> José Carbonell aponta que houve uma transformação da cultura política mexicana, que na década de 1960 se tornava então mais complexa. Quando o Estado pós-revolucionário construiu seus alicerces na década de 1930, a sociedade mexicana era majoritariamente rural, analfabeta e incomunicada. Com os processos de urbanização, industrialização, maiores ingressos econômicos, melhoria nos níveis de educação e saúde, e expansão dos meios de comunicação, cresceram também a consciência política, as demandas e a participação da população mexicana. (CARBONELL, 2002, p. 118-119)

<sup>4</sup> Várias manifestações estudantis ocorreram no México ao longo de 1968. A principal delas se deu no dia 02 de outubro e seu desfecho ficou conhecido como Massacre de Tlatelolco, quando as tropas do Exército Federal cercaram os manifestantes na *Plaza de las Tres Culturas*, em Tlatelolco, na Cidade do México, provocando a morte de centenas de pessoas.



*movimiento revolucionario fuera del alcance de la represión estatal*” com o apoio dos indígenas que, por serem os mais pobres e oprimidos, poderiam aderir ao ideal revolucionário (FIGUEIREDO, 2003, p. 132).

O surgimento do EZLN, como um movimento de luta armada, está inserido nesse processo. Na década de 1970, um dos núcleos das chamadas Forças de Libertação Nacional (FLN) – organização político-militar criada em Monterrey em 1969, de orientação marxista-leninista, caráter urbano e formada por pessoas da classe média – instalou-se em Chiapas, com o objetivo de iniciar um movimento revolucionário no campo. A princípio, como nos conta o Subcomandante Marcos<sup>5</sup>, esse grupo desejava estabelecer uma guerrilha, muito próxima da organização dos grupos guerrilheiros de libertação nacional latino-americanos que atuavam no período. Contudo, o núcleo que se instalou em Chiapas se viu isolado e com falta de apoio, material e teórico: as guerrilhas de outros países desejavam conservar, para o México, seu papel de retaguarda estratégica e fonte de apoio e solidariedade, criticando qualquer tentativa de movimento revolucionário guerrilheiro no país e não oferecendo ajuda. Dessa maneira, os integrantes da FLN tiveram que buscar outra estratégia, pautada em uma elaboração teórica e política própria e independente. Basearam-se então na análise das insurreições que caracterizavam a história do México, como a Guerra da Independência em 1810 e as estratégias de Hidalgo e Morelos, as guerras contra as invasões dos Estados Unidos e da França em meados do mesmo século, a Revolução Mexicana e os exércitos de Pancho Villa e Emiliano Zapata, entre outras. Ao deixarem de lado a referência da guerrilha centro-americana ou sul-americana, optaram por estruturarem-se como um exército, prezando a tradição da história militar mexicana (Subcomandante Marcos *apud* LE BOT, 1997, p. 53-54).

Em 1983, portanto, esse núcleo urbano formado por pessoas da classe média, ainda muito reduzido, fundou na Selva Lacandona o Exército Zapatista de Libertação Nacional. A partir de então, o núcleo zapatista inicial começou a estabelecer contato com as comunidades indígenas da região, que já estavam, por sua vez, em um processo de politização e organização que iniciara na década de 1970. Esse processo havia sido impulsionado pelo Congresso Indígena de San Cristóbal de Las Casas<sup>6</sup>, que ocorreu em 1974, e pelas

---

<sup>5</sup> Marcos é subcomandante do Exército Zapatista e, durante 20 anos, foi o principal porta-voz do movimento. Apesar de informar em entrevista sobre a história do surgimento do EZLN, é importante destacar que ele se juntou ao grupo insurgente apenas ao final do ano de 1983.

<sup>6</sup> Em outubro 1974, foi realizado o Primeiro Congresso dos Povos Indígenas, em San Cristóbal de Las Casas, proposto pelo governador Manuel Velasco Suárez (1970-1976) para comemorar os 500 anos de nascimento de Frei Bartolomé de Las Casas. Embora a intenção inicial do governador tenha sido realizar um evento cultural sem cunho político, isso fugiu ao seu controle. O Congresso, organizado pelo bispo Samuel Ruíz García da Diocese de San Cristóbal de Las Casas, reuniu indígenas das principais



reuniões das Comunidades Eclesiais de Base, guiadas pela Teologia da Libertação<sup>7</sup>. Esses encontros promoveram a discussão sobre questões como terra, educação e saúde, colocando demandas e ausências que diziam respeito à realidade de Chiapas, um dos estados mais pobres do país e com maior contingente indígena. Dessa maneira, auxiliaram no diálogo e na busca de respostas coletivas aos problemas de cada comunidade, desempenhando importante papel na organização dos povos indígenas da região.

Ao longo da década de 1980, no decorrer dos contatos entre o núcleo urbano zapatista e os índios, aquelas pessoas que haviam chegado da Cidade do México tiveram que passar por um processo de adequação material e cultural à realidade indígena. Contudo, apesar de todas as diferenças, os dois grupos compartilhavam um objetivo comum: se insurgir por meio das armas para reivindicar melhores condições de vida. A luta armada era vista como a única maneira de chamar a atenção da população e do governo, de conquistar mudanças reais e efetivas. Assim, indígenas chiapanecos começaram a aderir à proposta de luta armada feita pelo grupo urbano que fundara o EZLN. De acordo com Subcomandante Marcos, havia um interesse concreto dos indígenas: os guerrilheiros poderiam ensiná-los a combater. Em troca, os índios auxiliariam-nos a sobreviver na montanha e a conseguir provisões. (Subcomandante Marcos *apud* LE BOT, 1997, p. 60-61) Dessa maneira, os treinamentos aconteceram ao longo de 1980 e, ao final da década, o EZLN contava com centenas de combatentes. No início da década de 1990, devido a diversos fatores no contexto local e nacional, a ideia da luta armada se ampliou. Em 1988, o Partido Revolucionário Institucional venceu – mais uma vez – as eleições, com claros sinais de fraude, numa disputa entre Carlos Salinas de Gortari e Cuauhtémoc Cárdenas, do Partido da Revolução Democrática. Além da perpetuação de um partido político no poder que já se estendia por quase sessenta anos, a repressão de tropas do Exército federal e *guardias blancas* na selva aumentou, o preço do café sofreu uma queda e epidemias atingiram a região, carente de um bom sistema de saúde. Ademais, em 1992, o Congresso reformou o Artigo 27 da Constituição mexicana,

---

etnias chiapanecas (tzotziles, tzetzales, choles e tojolabales) e se tornou um local de discussão sobre seus principais problemas e demandas. (ANDREO, 2010)

<sup>7</sup> Na década de 1970, foram criadas, as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pequenos grupos de indígenas e membros da Igreja que, por meio da leitura da Bíblia, refletiam a respeito de seus problemas, estabeleciam demandas e buscavam soluções. Isso possibilitou um fortalecimento das identidades étnicas indígenas e um processo de união e auxílio mútuo entre as comunidades, o que impulsionou sua luta. As CEBs foram inspiradas na Teologia da Libertação, corrente teológica cristã latino-americana surgida no final da década de 1960, que se apoiou nas ciências humanas e sociais – sobretudo no marxismo – para construir um discurso religioso com conteúdo político.



criando condições para o desmantelamento dos *ejidos* – as comunidades agrárias coletivas – e acabando com a perspectiva dos camponeses da partilha da terra<sup>8</sup>.

Todos esses fatores contribuíram para que mais indígenas vissem nas armas a única maneira com que suas vozes fossem escutadas e suas demandas atendidas. Dessa maneira, nos primeiros anos de 1990, milhares de índios se juntaram ao Exército Zapatista e o levante armado se fez possível. O EZLN havia se mantido em “silêncio”<sup>9</sup> por 11 anos, enquanto se preparava combater. Em 1º de janeiro de 1994, no mesmo dia em que o governo de Salinas assinou o Tratado de Livre Comércio (TLC)<sup>10</sup> com os Estados Unidos e o Canadá, firmando o compromisso do governo mexicano com o neoliberalismo, os insurgentes saíram das montanhas. O EZLN desceu armado da Selva Lacandona e tomou as cabeceiras municipais de San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, na região sudeste do país, iniciando um confronto com o Exército federal. Nesse momento, os zapatistas reivindicavam a saída do presidente Salinas, novas eleições democráticas no país e um novo governo que atendesse às suas demandas por terra, trabalho, teto, alimentação, educação, saúde, liberdade, democracia, justiça, independência e paz.

Os confrontos diretos entre as tropas duraram apenas doze dias, quando o governo – preocupado com a opinião pública que se demonstrava em desacordo com a guerra – declarou cessar-fogo, seguido pelo EZLN. Entretanto, embora o EZLN tenha adotado outras formas de ação política, não houve um abandono total da via armada por parte dos indígenas de Chiapas. O governo – por meio das forças armadas ou dos grupos paramilitares – continuou a interferir violentamente nas comunidades de Chiapas, como meio de desestabilizar e colocar fim ao movimento zapatista. Tendo isso em vista, as armas continuaram a desempenhar um importante papel no EZLN, como meio de proteção às comunidades e aos territórios autônomos controlados pelas bases zapatistas, de resistência às hostilidades do governo e como parte de sua

---

<sup>8</sup> O artigo 27 da Constituição, antes de sua reforma, era uma conquista da Revolução Mexicana, que protegia a propriedade comunal e garantia a terra para quem nela trabalhasse. Até 1992, as terras pertencentes aos milhares de *ejidos* no México não podiam ser vendidas, arrendadas ou hipotecadas. Com a reforma, isso passou a ser possível. A reforma atendia aos interesses de grupos empresariais e financeiros, que não desejavam acabar com a proteção de uma estrutura coletiva que impedia a implantação completa de um mercado de terras capitalista.

<sup>9</sup> O EZLN somente fez sua primeira grande aparição pública em 1º de janeiro de 1994, quando, ao se levantar em armas, fez com que o México e o mundo voltassem a atenção e os olhos para Chiapas. Contudo, não devemos considerar que o grupo permaneceu escondido e sem nenhum contato com o mundo ao seu redor antes desse momento. Ao contrário, ele dialogou com diversas comunidades indígenas da região na década de 1980, buscando seu apoio e participação.

<sup>10</sup> Também conhecido como NAFTA: *North American Free Trade Agreement*.



identidade. O EZLN ainda se configura como um exército e carrega armas, e em seu discurso afirma que está pronto para contratar a qualquer momento em caso de necessidade.

### **Mudança de estratégia de ação política: de um movimento armado a um movimento social**

Desde os primeiros dias dos confrontos armados entre o Exército Zapatista de Libertação Nacional e as tropas do governo federal, em janeiro de 1994, inúmeras mobilizações pacíficas emergiram para pedir o fim da guerra em Chiapas. Intelectuais, políticos, religiosos e organizações não governamentais se manifestaram na imprensa e centenas de pessoas de diversos setores da sociedade mexicana foram às ruas protestar, pedindo o diálogo entre as duas partes e uma solução para o conflito, com o objetivo de impedir um massacre na região da Selva Lacandona por parte do Exército federal<sup>11</sup>. Essas mobilizações tiveram seu auge quando, no dia 12 de janeiro, na praça central da Cidade do México, cerca de 150 mil pessoas se reuniram para pedir o cessar-fogo e o fim das hostilidades. Grande parte da população viu no EZLN um movimento com demandas justas, que abria um espaço importante de discussão sobre democracia, neoliberalismo, direitos humanos, problemas sociais e culturais no país, e não somente em Chiapas.

Com a pressão da sociedade civil para que o movimento zapatista tomasse um rumo político e pacífico, o EZLN viu que era preciso, para manter seu apoio, escutar e dialogar com a sociedade. Por meio desse diálogo, pretendia aprender e colocar em prática novos modos de atuação, que não correspondiam à luta armada a qual os insurgentes haviam se dedicado. Quando irrompeu, em meados da década de 1990, o grupo chiapaneco se deparou com um contexto em que a luta armada entrara em significativo recuo na América Latina, em que a sociedade civil estava cada vez mais articulada – no México e no mundo – e em que os chamados “novos movimentos sociais”<sup>12</sup> apresentavam projetos alternativos de ação, almejando atuar

---

<sup>11</sup> Alguns exemplos: no dia 06 de janeiro, 36 ONGs pedem a Salinas que ordene o fim imediato dos bombardeios; no dia 07, 10 mil membros do Movimiento Proletario Independiente (MPI) realizam uma marcha ao zócalo da Cidade do México, exigindo o reconhecimento do EZLN como força beligerante, o cessar-fogo em Chiapas e o início de um diálogo pela paz; no dia 10, mexicanos em Nova York pedem o fim das hostilidades em frente à embaixada; além de mobilizações na Itália, Espanha, Guatemala, dentre outros. Para mais, ver: CECENA; ZARAGOZA, 1995.

<sup>12</sup> Há grande debate sobre o termo “novos movimentos sociais”, em que se discute se o que reivindicam ou como atuam podem ser chamados de realmente *novos*. Para mais sobre esse debate, ver capítulo IV de Maria da Glória Gohn (1997). De acordo com Ilse Scherer-Warren (1993), melhor do que falar em novos e velhos movimentos sociais, é interessante analisar os novos elementos culturais emergentes nesses movimentos, como: atuação cívica e pacífica; busca por descentralização e autonomia (em relação ao Estado e aos partidos políticos); formas de atuação democrática, participativa e direta; valores de solidariedade e comunitarismo; busca por respeito à diversidade cultural e humana.



no sentido de construir um equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil. Na América Latina em geral, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX, muitas formas de organização emergiram dissociadas do Estado, tais como organizações de base, não governamentais, movimentos populares, entre outros. Essa intensificação da articulação política da sociedade civil ocorreu tendo em vista que os regimes autoritários que se espalharam por diversos países latino-americanos nos anos 1960 e 1970 fecharam espaço para a atuação de organizações tradicionais e ligadas diretamente ao Estado, tais como sindicatos, partidos políticos e ligas camponesas. (CASTAÑEDA, 1994, p. 170) No México, embora não tenha existido uma ditadura aos moldes de outros países neste período – como as que houveram no Brasil, Argentina ou Chile –, a permanência de mais de 70 anos de um mesmo partido no poder criou um regime autoritário, que também cerrou portas para a atuação de organizações no já escasso espaço no âmbito do Estado. Dessa maneira, na segunda metade do século XX, assistiu-se no país à proliferação de movimentos outros, organizados no interior de uma sociedade civil que se articulava distante da esfera estatal. No final de 1986, por exemplo, uma poderosa mobilização de milhares de jovens ocorreu na Cidade do México para protestar contra cotas de inscrição e exames vestibulares para a *Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM)*. (CASTAÑEDA, 1994, p. 176)

As estratégias de ação desses novos tipos de movimento se distanciavam completamente da luta armada, que, por muito tempo, havia pautado as performances de grupos latino-americanos de esquerda. Isso porque, em sua grande maioria, a estratégia violenta tinha como objetivo conquistar o poder. Segundo John Holloway, o poder estatal era o centro a partir do qual se daria a mudança radical, paradigma dominado pela teoria – marxista – e também pela experiência revolucionária durante a maior parte do século XX, como a que se deu na União Soviética, China e nos movimentos de libertação nacional e guerrilha latino-americanos das décadas de 1960 e 1970, como a Revolução Cubana e a Revolução Sandinista, na Nicarágua. (HOLLOWAY, 2003, p. 24) Entretanto, ao final do século, observamos um recuo dessa estratégia na América Latina na década de 1990. Com a queda do Muro de Berlim, o fim do “socialismo real” e a crise dos movimentos guerrilheiros revolucionários latino-americanos – na qual os sandinistas haviam perdido o poder na Nicarágua, em 1990, e Cuba entrava em um de seus piores períodos de crise econômica e política, chamado de Período Especial em Tempos de Paz –, a ideia de que o controle do Estado era a chave para a transformação da realidade perdia força.



Tendo isso em vista, a intenção dos novos movimentos era atuar fora deste espaço, pensando em projetos alternativos para a transformação da realidade. “Em lugar da tomada revolucionária poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos.” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 17) Suas maneiras de agir envolviam pressionar e influenciar órgãos do governo, a opinião pública e a própria sociedade civil; construir redes de movimentos que se apoiassem, dentro e fora do território em que atuavam; buscar caminhos democráticos, plurais e autônomos. Dessa maneira, em princípios de 1994, quando os zapatistas intensificaram contatos com a sociedade civil mexicana, que exercia poderosa pressão para que o grupo adotasse uma nova maneira de agir, iniciaram-se transformações nas estratégias de ação e de discurso do EZLN. Nesse momento, o grupo chiapaneco aderiu ao cessar-fogo e o zapatismo começou a se redefinir.

De acordo com Yvon Le Bot, iniciou-se então uma conversão no EZLN: a transformação do movimento armado em movimento político e civil. (LE BOT, 1997, p. 33) Vale destacar que, como dito anteriormente, o EZLN não deixou, até os dias de hoje, de ser um movimento armado: continua a se configurar como exército e a carregar armas. Entretanto, a luta armada foi contida e os esforços zapatistas se concentraram em realizar uma resistência civil e pacífica. Essa conversão do EZLN diz respeito, sobretudo, às mudanças nas estratégias de ação política. Diante de uma realidade que freou o ímpeto zapatista pela luta armada em janeiro de 1994, esses atores políticos tiveram que improvisar, adaptando-se às mudanças no contexto no qual eles operavam. Seu estilo anterior de manifestação se mostrou ineficaz, uma vez que além da desproporcionalidade de forças em relação ao Exército federal, a estratégia de luta armada foi desaprovada pela grande maioria da sociedade mexicana. Com essa mudança na maneira de agir, acabou por transformar-se também o discurso, a identidade e, até mesmo, os objetivos zapatistas.

Embora não almejasse conquistar o poder no México<sup>13</sup>, o EZLN buscava alterá-lo. Ao se insurgir através das armas, o grupo buscava derrubar o então presidente Carlos Salinas de Gortari, retirar o PRI do poder e acabar com o sistema de partido de Estado, propondo novas eleições e a elaboração de uma nova

---

<sup>13</sup> O EZLN não pretendia se instalar no governo mexicano. Seu objetivo era tirar do poder o presidente priísta, instalar um governo transitório (que não seria composto pelos insurgentes) e propor a realização de eleições livres e democráticas, nas quais todas as propostas pudessem competir com liberdade e justiça. Essa não pretensão de tomada do poder tem a ver não só com o recuo dessa estratégia na América Latina, como também com a própria organização da resistência indígena. A tradição e a história de luta indígena no México, desde o século XIX, nos demonstra não uma tentativa de tomada do poder central, mas de um poder local, autônomo, dentro das comunidades.



Constituição, abrindo um novo espaço democrático na sociedade mexicana. Ou seja, sua esfera de atuação, a princípio, girava em torno do Estado, do poder e das instituições. O EZLN era contrário não ao Estado em si<sup>14</sup>, mas ao Estado tal qual existia no México naquele momento, caracterizado por um sistema de partido de Estado e instrumentalizado em benefício de uma minoria economicamente dominante. Os zapatistas reforçavam a todo o momento que suas principais reivindicações se referiam a questões nacionais. Na concepção dos insurgentes, esse apelo era abrangente o suficiente para incluir toda a população em sua luta. Porém, mais do que um simples discurso, a ênfase na dimensão nacional tinha um significado: resolver essas questões referentes à vida política do país era essencial para transformar a realidade das populações indígenas, de Chiapas e do México como um todo. Como sugere Héctor Díaz-Polanco, um dos novos elementos da plataforma indígena atual é a

[...] vinculação de suas demandas particulares com grandes aspirações democráticas, socioeconômicas e políticas da maioria dos mexicanos. Esse vínculo não é só identificação, mas também condicionante: os índios têm insistido, até o cansaço, que não pode haver solução para eles sem soluções de fundo para o país em seu conjunto. Não se pode conceber a autonomia sem profundas transformações nacionais (DÍAZ-POLANCO in BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, 2002, p. 153).

Após o abandono do confronto direto com as tropas do Exército federal em janeiro de 1994, o EZLN empregou uma série de performances utilizadas por movimentos sociais em geral, como reuniões públicas, criação de associações para defesa das reivindicações de sua campanha, marchas, declarações públicas e construção de redes de comunicação e solidariedade, que visavam uma solução pacífica, política e civil para o conflito em Chiapas. Os zapatistas passaram a propor o estabelecimento de canais de diálogos e a criação de movimentos no seio da sociedade mexicana, para que o povo, de forma conjunta e organizada, atuasse na transformação da realidade do país. Em 1994, por exemplo, o EZLN realizou a chamada Convenção Nacional Democrática, na qual cerca de 7 mil pessoas de todos os estados mexicanos, além de membros da imprensa e observadores internacionais, se reuniram em um encontro público nacional com o objetivo de organizar a sociedade civil em busca de propostas para um governo de transição, novas eleições, nova Constituição, democracia, liberdade e justiça para o país (GENNARI, 2005, p. 53).

---

<sup>14</sup> A noção de Estado utilizada pelos zapatistas em seus discursos não é claramente definida, porém, como aponta Patricio Nolasco, o Estado é visto pelos insurgentes como uma instituição ligada ao poder. (NOLASCO, 1997, p. 3)



Além da atuação em esfera nacional junto à sociedade civil, o EZLN impulsionou a construção de uma rede intercontinental de resistência. A proposta de construção dessa rede pelos zapatistas evidencia uma prática política que se intensificava na América Latina e no mundo desde os anos 1970. Neste período, muitos movimentos sociais e organizações da sociedade civil passaram a participar de redes amplas de pressão, resistência, comunicação e solidariedade. Essas redes de movimentos têm como características a “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político.” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 119) Elas possibilitam intercâmbios voluntários, horizontais e recíprocos, e o entrelaçamento das esferas locais, regionais e globais. (ROVIRA, 2005) De acordo com Charles Tilly, embora há muitas décadas os movimentos sociais busquem conexões internacionais, o final do século XX trouxe uma proliferação notável de movimentos transnacionais e de conexões entre movimentos sociais, tais como o movimento feminista e ecológico. O fenômeno da transnacionalidade não é algo novo, porém se intensificou com um maior fluxo de ideias, pessoas, informações, tecnologias e bens. (TILLY, 2006, p. 183)

No caso dos zapatistas, segundo Guiomar Rovira, algumas das formas de atuação dessas redes que os beneficiam são: manifestações e encontros em muitas cidades do mundo para divulgar a situação em Chiapas, influenciar a opinião pública local e pressionar as delegações diplomáticas mexicanas; campanhas de pressão nas elites locais que pressionam o governo do México, nos parlamentos, com os políticos e intelectuais; ida de estrangeiros para as comunidades zapatistas, que ajudam nos projetos produtivos, fornecem assistência financeira, material ou como mão de obra; desobediência civil eletrônica na internet<sup>15</sup>.

O EZLN contribuiu largamente para fomentar ao redor do mundo outras interações entre atores políticos, organizações, movimentos sociais e diversas resistências que têm questionado o processo econômico, político, social e cultural global atual. A solidariedade, nesse contexto, passou a ser difundida a partir da temática principal dos direitos humanos, da diversidade cultural e étnica, da democracia e da luta antiglobalização neoliberal, todas elas engendradas pelo movimento zapatista. Como aponta Guiomar Rovira, o EZLN se torna uma referência simbólica para “una nueva generación de movimientos sociales difíciles de

---

<sup>15</sup> Durante o protesto contra o massacre de Acteal – quando, em 22 de dezembro de 1997, 45 foram massacrados por paramilitares na comunidade tzotzil de Acteal – hacktivistas provocaram de forma simultânea um caos nas páginas eletrônicas da presidência do México, nos servidores do Pentágono, e em bolsa de valores (ROVIRA, 2005).



caracterizar, sostenidos en redes, geográficamente dispersos, difusos, multitemáticos, intermitentes y no organizados formalmente” (ROVIRA, 2005).

### **Autonomia em rebeldia**

Paralelamente ao emprego de estratégias de ação política utilizada por movimentos sociais em geral, o EZLN optou por seguir também outro caminho em sua estratégia de ação: a conquista de seus direitos e de sua autonomia por vias de fato, por meio da criação e desenvolvimento de territórios autônomos na região de Chiapas controlados pelas bases zapatistas, que implementavam melhorias com as próprias mãos, cotidianamente. Essa escolha se deu em função de que, em todo seu período de atuação, o movimento zapatista se deparou com governos que apostavam em soluções que desmobilizassem, na prática e pela imprensa<sup>16</sup>, o levante de Chiapas; que perseguiram e humilhavam os índios; que negociavam, firmavam acordos e não cumpriam<sup>17</sup>.

Dessa maneira, ainda em 1994, o EZLN criou os chamados Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), pequenos territórios sobre o controle das bases de apoio zapatistas no estado de Chiapas que tinham novas fronteiras e governos civis autônomos aos governos dos municípios oficiais. Os MAREZ podem ser vistos como base social do movimento zapatista e como projeto alternativo de sociedade, nos quais os recursos, a produção e as formas de organização política, social, cultural e econômica funcionariam de acordo com as decisões tomadas, democraticamente, pelas comunidades. Esses municípios têm o mérito de haver melhorado as condições de vida de suas comunidades, por meio de esforços coletivos – de seus moradores, dos integrantes do EZLN e da própria sociedade civil, que enviava ajuda – nas áreas da

---

<sup>16</sup> A tentativa do governo de desmobilizar o EZLN ia desde a veiculação de notícias e opiniões na mídia que apresentavam os insurgentes como estrangeiros – por exemplo, como guerrilheiros guatemaltecos – até à destruição de escolas, clínicas e cooperativas construídas pelos zapatistas, com o objetivo de enfraquecer as comunidades autônomas.

<sup>17</sup> Em 1996, foram firmados com o governo os chamados Acordos de San Andrés, após uma mesa de diálogo com representantes do governo e zapatistas, que abarcaram questões relacionadas aos direitos e culturas indígenas. Nos documentos, o governo se comprometeu a reconhecer os povos indígenas na Constituição, ampliar sua participação e representação política, promover suas manifestações culturais, assegurar sua educação e capacitação, garantir a satisfação de suas necessidades básicas, entre outros, e, enfim, estabelecer novos marcos jurídicos e reformar diversos artigos na Constituição para cumprir todos esses pontos. Entretanto, após sua assinatura, os anos se passaram e o Governo Federal nada fez para colocá-los em prática; ao contrário, continuou com ofensivas militares nos territórios de Chiapas e com uma campanha de silenciamento sobre o movimento zapatista na grande imprensa mexicana. Em 2003, o presidente Vicente Fox se negou definitivamente a cumprir as demandas dos indígenas chiapanecos expressas nos acordos.



saúde, educação, cultura e de produção. Na base dessa experiência situa-se a comunidade, que realiza assembleias constantes para discutir todos os aspectos que permeiam sua vida, suas formas de organização política, social, econômica e cultural.

Embora a estratégia autonômica tenha se iniciado ainda no final do primeiro ano após o alçamento armado do grupo, foi somente após o princípio dos anos 2000<sup>18</sup> que os zapatistas concluíram que outras estratégias levadas a cabo junto ao governo dificilmente logriam êxitos concretos, e que o EZLN deveria apostar a maior parte de suas forças na conquista de suas reivindicações com as próprias mãos<sup>19</sup>. Em 2003, o EZLN declarou a criação dos chamados *Caracoles*, que tinha o objetivo de intensificar a experiência dos MAREZ.<sup>20</sup> Os territórios autônomos construídos no estado de Chiapas passaram então a ser a principal forma de resistência do EZLN. Essa resistência autonômica garante, ao nosso ver, a luta dos zapatistas até os dias atuais, por ser uma luta cotidiana, enraizada nas comunidades, que provoca uma participação constante dos membros do grupo.

O objetivo central das experiências de autogoverno é justamente não depender do governo federal. Nesse sentido, colocam a resistência na prática, e criam eles mesmos um espaço onde possam melhorar suas condições de vida, desenvolver livremente sua cultura, suas formas de organização social, política e econômica. Segundo Raúl Ornelas, “o desenvolvimento das autonomias mostra que as propostas zapatistas não são ideia para o futuro, mas cuja realização se enraíza no presente, na vida e na luta cotidiana das comunidades em resistência.” (ORNELAS, 2005: 22). Contudo, a intenção do movimento zapatista é de que algum dia o direito à autonomia seja reconhecido constitucionalmente pelo governo federal. É importante

---

<sup>18</sup> Em 2001, o EZLN declarou rompimento total com o Governo Federal e com os partidos políticos. No ano anterior, Vicente Fox, do Partido de Ação Nacional (PAN), assumiu a presidência mexicana. Entretanto, mesmo com o fim – ou a interrupção, como sabemos hoje tendo em vista a volta do PRI ao poder Executivo – do sistema de partido de Estado, o novo presidente deu seguimento ao projeto político e econômico neoliberal anterior, e não adotou melhor postura em relação aos conflitos indígenas. O estopim para o rompimento se deu quando Fox se negou a cumprir os Acordos de San Andrés, como vimos anteriormente.

<sup>19</sup> Vale destacar que, enquanto o diálogo com o governo federal falha, os diálogos com a sociedade civil são centrais e bastante frutíferos para os zapatistas, ao longo de todos seus anos de atuação.

<sup>20</sup> Em resumo, cada Caracol é composto por diversos municípios rebeldes, que, por sua vez, integram o Caracol por meio de delegados enviados a sua respectiva Junta de Bom Governo (JBG). As JBG são uma nova instância de governo da experiência zapatista, que tem como função coordenar regionalmente certo número de MAREZ, zelar pelos princípios zapatistas e representá-los, interna e externamente. Isso intensifica os alcances da experiência autonômica e possibilita que os municípios rebeldes se foquem mais na condução da administração local, que diz respeito à habitação, à saúde, ao trabalho, à terra, etc. Cada região zapatista passou a ter, assim, três níveis de governo: o regional, integrado por uma JBG; o municipal, com um Conselho Autônomo de um município rebelde; e o comunitário, com representantes de cada comunidade (BRANCALEONE, 2009: 5). Todas essas instâncias praticavam formas de democracia direta e participação ativa da população em resistência, tinham rotatividade de mandatos e mecanismos de vigilância, o que confere força, legitimidade e vitalidade à autonomia zapatista.



destacar que a luta por territórios autônomos não tem como objetivo que esses se separem do país ou construam um espaço paralelo desvinculado ao nacional; os zapatistas são cidadãos mexicanos e desejam ser reconhecidos como tal, querem participar da vida política da nação e elaboram diversas propostas para isso. “Os zapatistas querem-se resolutamente mexicanos, indígenas mexicanos. A questão indígena é para eles uma questão nacional central, concebida numa perspectiva diferenciada de integração que não seja a assimilação. O movimento se destaca por procurar combinar o comunitário e o nacional, assim como o ser indígena e o ser mexicano.” (GIL, 2013: 111). Ademais, de acordo com os integrantes do EZLN, a experiência autonômica não implica que o Estado deva deixar de ter responsabilidades para com as comunidades indígenas, assim como as últimas não deixariam de ter direitos e deveres em relação ao país. Diferente disso, a autonomia apenas possibilitaria a construção de espaços onde os povos indígenas possam se autodeterminar livremente.

### **Considerações finais**

Com este trabalho, buscamos compreender a ampla gama de estratégias de ação política utilizada pelo EZLN desde o seu surgimento, que variou ao longo dos anos. Suas formas de agir se basearam em diferentes tipos de conflito, tempos, lugares e culturas distintas. Elas se inspiraram em movimentos e grupos anteriores da história do México, foram construídas a partir de uma tradição cultural própria da organização dos indígenas daquela região, e também foram permeadas por inovações, improvisos e alterações contínuas: os zapatistas possuem uma profunda capacidade de autoanálise e de transformação. O grupo insurgente, ao beber em diferentes fontes, dialogar com diferentes públicos-alvo, lutar em diversas frentes e passar por transformações quando necessário, mescla estratégias de ação de movimentos sociais, de luta armada e de organizações indígenas, criando um complexo e criativo repertório de confronto<sup>21</sup>. Nas últimas décadas, os

---

<sup>21</sup> O conceito de repertório de confronto, cunhado por Charles Tilly e aprofundado em outros trabalhos da autora, está relacionado a várias formas de política confrontacional, tais como revoluções, guerras civis e movimentos sociais. Ele significa um conjunto de maneiras de agir de certos tipos de conflito, histórica e culturalmente aprendido por grupos de atores políticos. Nas palavras do autor, repertório significa um “conjunto familiar, limitado e historicamente criado de performances de reivindicação que, na maioria das circunstâncias, circunscreve os meios pelos quais as pessoas se engajam na política contenciosa”. (TILLY, 2006, p. 7) A utilização de um repertório de confronto por um grupo em conflito e as mudanças pelas quais as performances podem passar têm a ver com questões culturais e contextuais, ou seja, estão relacionadas com o entendimento compartilhado pelos atores políticos, suas representações de símbolos e práticas, e também com a organização social do grupo e com as oportunidades e obstáculos que seu contexto oferece. (TILLY, 2006, p. 43)



movimentos sociais – e entre eles, o movimento zapatista – têm representado importantes formas de resistência aos rumos do desenvolvimento socioeconômico neoliberal desenfreado, trazendo alternativas democráticas, novos espaços de cidadania e de participação, e modificações nas relações sociais cotidianas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILLAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. **À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

AGUILAR CAMÍN, Héctor. **México: a cinza e a semente**. Tradução de BEI. São Paulo: Bei Comunicação, 2002.

ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: Paulo Barsotti; Luiz Bernardo Pericás (org.). **América Latina: história, ideias e revolução**. 1 ed. São Paulo: Xamã, 1998.

ANDREO, Igor Luis. **Teologia da Libertação e Cultura Política Maia Chiapaneca: o Congresso Indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Assis, Faculdade de Ciências e Letras, 2010.

BRANCALEONE, Cassio. A experiência de autogoverno zapatista em questão. In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.academica.com/000-062/2207> Acesso em: 30 set. 2016.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARBONELL, José. **El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CECENA, Ana Esther & ZARAGOZA, José. Cronología del Conflicto, 1 enero – 1 diciembre de 1994. **Revista Chiapas**, vol. 1, 1995. Disponível em <<http://www.revistachiapas.org/No1/ch1cecena-zaragoza.html>> Acesso em: 30 set. 2016.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política, Campinas, 2003.



GENNARI, Emilio. **Chiapas**: as comunidades Zapatistas reescrevem a história. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

\_\_\_\_\_ **EZLN**: passos de uma rebeldia. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GIL, Antonio Carlos Amador. **O lugar dos indígenas na nação mexicana**: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX. Vitória: Aquarius, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HAMILTON, Nora. **México**: political, social and economic evolution. New York: Oxford University Press, 2011.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

LE BOT, Yvon. **El sueño zapatista**. 1997. Disponível em: [http://www.iberopuebla.mx/microSitios/catedraTouraine/articulos/Yvon%20Le%20Bot%20El%20sue%C3%B1o%20zapatista%20\(libro%20completo\).pdf](http://www.iberopuebla.mx/microSitios/catedraTouraine/articulos/Yvon%20Le%20Bot%20El%20sue%C3%B1o%20zapatista%20(libro%20completo).pdf) Acesso em: 30 set. 2016.

NOLASCO, Patricio. Cambio político, estado y poder: um bosquejo de la posición zapatista. **Revista Chiapas**, v. 5, 1997, p. 3. Disponível em < <http://www.revistachiapas.org/ch5nolasco.html> > Acesso em: 30 set. 2016.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. In: CECEÑA, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08\\_ornelas.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08_ornelas.pdf) Acesso em: 30 set. 2016

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

ROVIRA, Guiomar. El Zapatismo y la red transnacional. **Razón y Palabra**, n. 47, out./nov. 2005. Disponível em <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n47/grovira.html>> Acesso em: 30 set. 2016.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

WADGYMAR, Arturo O. **Política económica de México (1982–2000)**: el fracaso neoliberal. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.